

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 3 Setembro - Dezembro 2025

ARTIGO

INSURGÊNCIAS NA DECOLONIALIDADE: COMBATENDO A APROPRIAÇÃO REDUCIONISTA NA ARQUEOLOGIA

Danielle Gomes Samia*

RESUMO

Este artigo discute as insurgências decoloniais como resposta à apropriação reducionista dos saberes ancestrais na academia, especialmente na arqueologia, historicamente marcada por um viés eurocêntrico. A descolonização do conhecimento emerge das lutas de povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais, exigindo o reconhecimento de suas epistemologias e narrativas. A apropriação indevida de saberes, sem considerar sua profundidade e singularidade, revela práticas coloniais ainda presentes. A abordagem decolonial busca romper com a imposição da epistemologia ocidental como normativa, promovendo a soberania epistêmica e valorizando modos plurais de produzir conhecimento, com respeito à diversidade e à autonomia dos grupos historicamente marginalizados.

Palavras-chave: Decolonialidade; Arqueologia; Apropriação reducionista.

* Doutoranda em Arqueologia no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: samiadgs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8983-4356>

DECOLONIAL INSURGENCIES: COMBATING REDUCTIONIST APPROPRIATION IN ARCHAEOLOGY

ABSTRACT

This article discusses decolonial insurgencies as a response to the reductionist appropriation of ancestral knowledge in academia, particularly in archaeology, which has been historically shaped by Eurocentric bias. The decolonization of knowledge emerges from the struggles of Indigenous peoples, Afro-descendants, and traditional communities, calling for the recognition of their epistemologies and narratives. The improper appropriation of knowledge, without regard for its depth and uniqueness, reveals lingering colonial practices. The decolonial approach seeks to challenge the imposition of Western epistemology as normative, fostering epistemic sovereignty and valuing plural ways of producing knowledge, with respect for the diversity and autonomy of historically marginalized groups.

Keywords: Decoloniality; Archaeology; Reductionist appropriation.

INSURGENCIAS DECOLONIALES: LUCHA CONTRA LA APROPIACIÓN REDUCCIONISTA EN LA ARQUEOLOGÍA

RESUMEN

Este artículo analiza las insurgencias decoloniales como respuesta a la apropiación reduccionista de los conocimientos ancestrales en el ámbito académico, especialmente en la Arqueología históricamente marcada por un sesgo eurocéntrico. La descolonización del conocimiento surge de las luchas de los pueblos indígenas, de los afrodescendientes y de las comunidades tradicionales, que demandan por el reconocimiento de sus epistemologías y narrativas. La apropiación indebida del conocimiento, sin tener en cuenta su profundidad y singularidad, revela prácticas coloniales aún presentes. El enfoque decolonial busca romper con la imposición de la epistemología occidental como normativa al promover la soberanía epistémica y valorar modos plurales de producir conocimiento, con respeto a la diversidad y la autonomía de los grupos históricamente marginados.

Palabras clave: Decolonialidad; Arqueología; Apropiación reduccionista.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir as implicações da apropriação intelectual e reducionista na arqueologia, bem como explorar as possibilidades de insurgências na decolonialidade como forma de resistir e transformar essa prática. Partimos do pressuposto de que a arqueologia, como muitas outras disciplinas, foi influenciada por uma perspectiva eurocêntrica que tende a simplificar e marginalizar as culturas não ocidentais, ignorando sua complexidade e singularidade (Barreto, 1999; Campos; Rodrigues; Funari, 2017; Funari, 2013; Funari; Silva; Olivier, 2005; Funari, 1999; Funari; Noelli, 2002; Lima, 2006; Samia, 2021, 2022; Samia; Nascimento, 2023; Silva, 2021). Esta perspectiva se manifesta na apropriação indevida de ideias, conceitos e propriedades intelectuais de outros povos e culturas, sem o devido reconhecimento ou ao menos compreensão. Essa apropriação resulta na representação distorcida e muitas vezes estereotipada das culturas, bem como a opressão e exploração delas. Diante desse cenário, propomos uma abordagem decolonial que busca desafiar e dismantelar as estruturas de poder coloniais que escoram nessa apropriação e busca formas alternativas de conhecimento e existência que valorizem e respeitem a diversidade e a singularidade das diferentes culturas e dos povos (Silva, 2021). Para isso, exploramos as insurgências na decolonialidade como formas de resistência ativa e crítica às estruturas de poder coloniais, bem como formas de busca por conhecimentos e compreensões alternativas. Nesse sentido, a arqueologia enfrenta o desafio de não somente “reconhecer os conhecimentos tradicionais”, mas de reconhecer e valorizar as pessoas que detêm o conhecimento (Xakriabá, 2020). Essa mudança de perspectiva é fundamental para promover a soberania comunitária na produção do conhecimento sobre o próprio passado (Gonzalez; Kretzler; Edwards, 2018; Pereira de Moraes; Alves Costa; Lopes de Jesus, 2022; Sebastian Dring *et al.*, 2019), preservar o diálogo de saberes (Flores-Muñoz; Sallum; Balanzátegui, 2024) e construir uma arqueologia mais inclusiva e representativa, que reconheça e valorize as múltiplas vozes e perspectivas.

APROPRIAÇÃO E AUTORIA NA ARQUEOLOGIA

A arqueologia, como muitas disciplinas acadêmicas, foi moldada por uma perspectiva eurocêntrica. Este fenômeno, conhecido como apropriação reducionista, resulta em uma representação distorcida e muitas vezes estereotipada dessas culturas (Barreto, 1999; Funari, 2013; Smith, 2012). Além disso, a apropriação intelectual é uma prática predatória na academia, contribuindo para a perpetuação do colonialismo e das representações distorcidas.

A apropriação intelectual ocorre quando um indivíduo ou grupo se apossa indevidamente do trabalho/conhecimento de outros, muitas vezes sem o devido crédito ou reconhecimento (Mignolo, 2009), ou ainda quando utiliza informações de maneira parcial ou incompleta (Krahô, 2017). Na arqueologia, isso pode assumir diversas formas, desde a publicação de ideias e trabalhos de outros como se fossem de quem os publica até a apropriação de conceitos sem a devida atribuição de autoria ou de autoria compartilhada. Essas práticas frequentemente resultam em uma produção acadêmica unilateral, gerando conteúdos com compreensão distorcida ou incompleta das culturas e comunidades envolvidas.

A seguir, apresentam-se alguns exemplos:

A interpretação de artefatos arqueológicos frequentemente ocorre por meio de uma lente cultural específica, influenciada pela cosmovisão e pela ontologia ocidental predominante na disciplina. Como argumenta Monteiro (2019), a cosmovisão molda

a maneira como os indivíduos percebem e interpretam a realidade, influenciando diretamente a construção do conhecimento arqueológico. A escolha do corpo teórico para o estudo também reflete essa influência, pois os referenciais epistemológicos utilizados podem reforçar ou questionar paradigmas ocidentais. Nesse sentido, o conceito de lugar de fala torna-se relevante, pois evidencia a necessidade de considerar as perspectivas dos povos originários na interpretação de seus próprios patrimônios.

A ontologia ocidental, fortemente influenciada pelo pensamento europeu e pela dicotomia entre natureza e cultura, frequentemente marginaliza epistemologias alternativas, como a ontologia ameríndia, que propõe um entendimento relacional entre seres humanos e não humanos (de Castro, 1998). Essa diferença ontológica impacta diretamente a interpretação arqueológica, pois a visão ocidental tende a categorizar e hierarquizar elementos culturais, enquanto a ontologia ameríndia enfatiza a interconectividade e a multiplicidade de perspectivas.

A arqueologia pode, por exemplo, interpretar um objeto como um utensílio doméstico com base na semelhança com itens de sua própria cultura, sem avaliar possíveis funções ou significados que o artefato teria na cultura originária. No entanto, é fundamental diferenciar o viés interpretativo, inerente à arqueologia como disciplina científica, da reapropriação de discursos. A arqueologia, como ciência ocidental, foi historicamente concebida para estudar o “outro” e, por isso, carrega inevitavelmente um viés ocidental. Como ciência interpretativa, está sujeita a equívocos, seja pela falta de consideração dos dados de contexto, pela predominância de referenciais ocidentais na construção do conhecimento ou por ignorar a memória e a história de longa duração dos povos.

A reapropriação, no entanto, não é apenas uma questão de viés interpretativo, mas sim de **ética acadêmica e científica**. Ela ocorre quando um profissional de arqueologia utiliza dados ou narrativas de outras pessoas ou povos sem dar o devido crédito ou citar a fonte, seja em publicações acadêmicas, em palestras, ou até mesmo em uma simples conversa informal entre pares. A ética exige que toda ideia que não seja originalmente de quem a propaga seja devidamente referenciada, independentemente do contexto em que é utilizada. Essa distinção é essencial para evitar conflitos e assegurar que o debate não se limite à ideia de que apenas participantes e autores culturais podem estudar determinados fenômenos.

A correção de discursos invisibilizados de grupos sociais marginalizados ao longo da história é um imperativo. No entanto, a premissa de que toda a arqueologia seja reducionista e distorcida pode não contribuir para uma prática arqueológica mais inclusiva e colaborativa. O exemplo mencionado, interpretar uma pederneira em sílex como artefato pré-colonial, parece problemático, pois a questão central seria atribuir erroneamente sua origem a povos pré-coloniais, sem considerar os processos de ressignificação. Independentemente desse caso específico, é importante reconhecer que toda interpretação arqueológica se fundamenta em analogias com o conhecimento disponível. A filósofa da arqueologia Alison Wylie (1988) argumenta que as analogias são a base da interpretação arqueológica, mas podem ser fortalecidas por informações contextuais adicionais para produzir hipóteses mais consistentes e menos suscetíveis a vieses reducionistas. Nesse sentido, é essencial considerar as histórias locais e as articulações de práticas, materialidades e identidades ao longo do tempo.

O reducionismo, ao simplificar conceitos complexos e desconsiderar a multiplicidade de perspectivas, entra em dissonância com a perspectiva decolonial, que busca justamente estabelecer o diálogo entre epistemes e a desconstrução de hierarquias impostas pelo pensamento ocidental (Cusicanqui, 2017). O pensamento decolonial propõe uma abordagem crítica que reconhece a pluralidade de saberes e a

necessidade de uma prática intercultural genuína, rejeitando a imposição de um único modelo interpretativo. Conforme destaca Sonya Atalay (2019, p. 522), arqueóloga indígena norte-americana do povo Anishinaabe:

“Considero um futuro de pesquisa decolonial para a arqueologia e outras áreas de estudo - um futuro baseado em valores, princípios e ética centrados no coração e informados por práticas científicas indígenas que reconhecem e valorizam a interconectividade, a relacionalidade, o respeito, a bondade, a empatia, a compaixão, o cuidado e a paciência.”

A pesquisa arqueológica no Brasil e a preservação do patrimônio em contextos comunitários apresentam desafios significativos (Escallón, 2019). Contudo, o campo tem evoluído com o envolvimento ampliado de diferentes agentes, promovendo novas abordagens para a gestão colaborativa e sustentável do patrimônio arqueológico brasileiro. O reconhecimento e a valorização das culturas estudadas e o respeito aos saberes locais e seus conhecedores são fundamentais para garantir uma mudança efetiva na prática arqueológica. Como aponta Sérgio e Júnior (2023), a concepção de mundo e os aspectos ontológicos e epistemológicos da ciência desempenham um papel crucial na educação e na produção do conhecimento, reforçando a necessidade de uma abordagem arqueológica que reconheça e valorize múltiplas perspectivas.

A produção acadêmica frequentemente reflete a hegemonia de paradigmas eurocêntricos, nos quais conceitos e perspectivas de culturas não ocidentais são apropriados sem o devido reconhecimento de suas origens. Esse fenômeno, amplamente discutido por teóricos decoloniais, como Aníbal Quijano, evidencia a colonialidade do saber, um mecanismo pelo qual epistemologias ocidentais se sobrepõem a outras formas de conhecimento, marginalizando-as e reinterpretando-as sob uma ótica reducionista (Reis, 2022).

Quijano (2007) argumenta que a colonialidade não se restringe ao domínio político ou econômico, mas permeia a estrutura cognitiva das sociedades, impondo um modelo de conhecimento que desconsidera as contribuições epistêmicas do Sul Global (Albuquerque, 2023). Essa imposição resulta em um epistemicídio, ou seja, a sistemática desvalorização e apagamento de saberes indígenas, africanos e latino-americanos (Reis, 2022).

Diante desse cenário, pesquisadores decoloniais propõem uma reconfiguração epistemológica, na qual o conhecimento seja produzido a partir de múltiplas perspectivas, reconhecendo a pluralidade de saberes e suas respectivas origens (Reis, 2022). Essa abordagem busca não apenas contestar a hierarquização do conhecimento, mas também promover uma geopolítica do saber mais equitativa e inclusiva (Albuquerque, 2023).

Um exemplo da colonialidade do saber pode ser observado nos estudos sobre cosmovisões indígenas, nos quais conceitos como “territorialidade” e “ancestralidade” são frequentemente reinterpretados dentro de moldes ocidentais, perdendo, assim, suas dimensões originárias. Um estudo relevante sobre esse tema é o artigo “A Colonialidade do Saber: Perspectivas Decoloniais para Repensar a Universidade”, que discute como o modelo humanista eurocentrado reforça o racismo epistêmico e marginaliza saberes indígenas e afrodescendentes (Reis, 2022). Além disso, o artigo “Saberes Encruzilhados: (De)colonialidade, Racismo Epistêmico e Ensino de Filosofia” explora como a colonialidade do saber afeta a formação docente e os currículos acadêmicos, perpetuando a subalternização de conhecimentos não ocidentais (Reis, 2020).

Esses estudos demonstram como a territorialidade e a ancestralidade indígenas são frequentemente reinterpretadas dentro de moldes ocidentais, perdendo suas dimensões originárias e sendo enquadradas em categorias que não refletem plenamente suas cosmovisões.

No Brasil, essa questão é particularmente relevante no campo do direito e da filosofia política, e o professor José Geraldo de Sousa Júnior, da Universidade de Brasília (UnB), contribui significativamente para essa discussão. Ele enfatiza o papel da cognição na percepção da realidade e argumenta que nossa visão de mundo, ou cosmovisão, molda o que somos capazes de perceber. Segundo ele, apenas conseguimos interpretar aquilo para o qual temos referenciais cognitivos adequados, o que implica que limitações epistemológicas podem levar a incompreensões sobre culturas não ocidentais.

Reconhecer os lugares de fala de pessoas indígenas, negras, afro-indígenas, de comunidades ribeirinhas e de outros grupos, a partir de suas experiências e perspectivas sobre o colonialismo, é fundamental no debate sobre a descolonização, como destaca Djamila Ribeiro (2019). A autora analisa como a estrutura acadêmica privilegia certos grupos e marginaliza outras epistemologias. A crítica a essa hegemonia epistêmica não visa excluir pesquisadores ocidentais do debate, mas sim evidenciar a urgência de reconhecer e valorizar saberes historicamente silenciados. Como argumenta Walter Mignolo (2017), o *lôcus* de enunciação dessas perspectivas acadêmicas frequentemente se impõe às vozes subalternas, reforçando a colonialidade do saber.

Portanto, reverter as histórias de invisibilização exige abordagens mais inclusivas e abertas ao diálogo entre epistemologias, com o reconhecimento da soberania dos detentores do conhecimento. Nesse sentido, Yacunã Tuxá *et al.* (2024) demonstram como a ausência de parcerias entre a arqueologia/antropologia e a comunidade Tuxá de Rodelas gerou desconfiança e levou à rejeição da presença acadêmica no território. Para ela, a superação dessa situação passa pela construção de alianças baseadas no diálogo, que promovam a convergência entre saberes e decisões políticas. É o que Enrique Dussel (2009); Nelson Maldonado-Torres (2007), María Paula Meneses (2009), Ramón Grosfoguel (2007) e Walter Mignolo (2008) denominam de epistemologias situadas - um paradigma de “ecologia dos saberes” (Krenak, 2019), permitindo que conhecimentos distintos coexistam sem hierarquizações arbitrárias (Silva, 2022).

A ontologia ocidental, com sua ênfase na razão e na lógica, desempenha um papel central na formação do conhecimento acadêmico e científico, influenciando não apenas seus métodos, mas também os paradigmas que orientam a produção e interpretação do saber. Com raízes na filosofia grega e uma forte ênfase na lógica e na razão, essa perspectiva epistêmica moldou profundamente as formas de interpretar e sistematizar o conhecimento ao longo da história. No entanto, essa ontologia pode representar uma barreira para a compreensão de conceitos e ideias oriundos de outras culturas, cuja abordagem da realidade pode diferir substancialmente dos paradigmas ocidentais. Como argumenta María Lugones (2010), a ontologia ocidental impõe uma lógica dualista que frequentemente marginaliza epistemologias plurais, especialmente aquelas oriundas de povos indígenas, afrodescendentes, afro-indígenas, entre outros. A questão não se resume apenas a um convite à abertura intelectual, mas à compreensão de que o conhecimento é sempre *geo* e historicamente situado, influenciado pelos contextos políticos e sociais nos quais é produzido.

Outro aspecto a ser considerado é a marginalização das epistemologias latino-americanas, reflexo das dinâmicas geopolíticas do conhecimento acadêmico. Como expõe Walter Mignolo (2020) em “A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial”, o saber eurocentrado se consolidou como paradigma dominante, frequentemente desconsiderando ou subalternizando outras formas de conhecimento. Essa prática

é evidente na maneira como as epistemologias europeias são historicamente posicionadas como universais, enquanto os saberes latino-americanos e de outras regiões do Sul Global são vistos como locais, exóticos ou secundários, especialmente quando se trata dos saberes das mulheres (Jancz *et al.*, 2018). Ramón Grosfoguel (2006, 2007c, 2011b) aprofunda essa discussão ao analisar como a colonialidade do saber perpetua hierarquias epistêmicas que excluem ou minimizam a produção intelectual fora dos centros europeus e norte-americanos.

Sandra Harding (1991) também contribui para essa crítica ao argumentar que o conhecimento científico tradicional é construído a partir de uma perspectiva eurocêntrica e masculina, ignorando saberes situados e experiências de grupos marginalizados. Essa visão é reforçada por Patrícia Hill Collins (2000), que discute a importância de epistemologias negras feministas na produção do conhecimento, destacando a importância de reverter o apagamento acadêmico que frequentemente desqualifica saberes que não se encaixam nos moldes ocidentais de pensamento (Battle-Baptiste, 2017).

Dessa forma, é imprescindível que as vozes acadêmicas reconheçam essas dinâmicas de poder na construção do conhecimento e se esforcem para superá-las, não apenas por meio de uma maior abertura epistemológica, mas por meio de uma abordagem crítica e situada, que valorize saberes e promova o diálogo intercultural fora das lógicas de dominação. Os saberes orgânicos, como defendidos por Antônio Bispo dos Santos (2015), oferecem uma alternativa à lógica colonial, promovendo formas de conhecimento enraizadas na experiência comunitária e na ancestralidade. Em vez de hierarquizações arbitrárias, sua concepção valoriza a confluência, permitindo que diferentes sistemas de saber coexistam sem que um anule o outro, reconhecendo suas particularidades e interações no fluxo da vida. Essa perspectiva é complementada por autoras como Sueli Carneiro (2005), que enfatiza a necessidade de reconhecer epistemologias afro-brasileiras na construção do saber acadêmico.

Assim, a superação das limitações impostas pela ontologia ocidental não pode ser apenas uma questão de aceitação teórica, mas deve envolver um esforço concreto para desconstruir a colonialidade do saber e ampliar a inclusão de epistemologias diversas no debate acadêmico. Como argumenta Lugones (2010), essa transformação exige uma ruptura com a lógica colonial e a valorização de formas de conhecimento que historicamente foram invisibilizadas.

A descolonização do pensamento acadêmico não é um movimento que emerge exclusivamente da academia, mas sim uma resposta direta à pressão e resistência dos povos indígenas e outros grupos historicamente sub-representados. Como destaca Ailton Krenak (2019), a estrutura epistêmica ocidental frequentemente ignora a pluralidade dos saberes originários, reforçando paradigmas coloniais (Nogueira; Moreira; Pinto, 2022; Santos, 2015; Silva, 2018; Valim; Danner, 2023). A descolonização da academia só será possível quando produtores de conhecimento e seus interlocutores passarem a dialogar em pé de igualdade, a partir de múltiplos centros de pensamento (Cusicanqui; Pazzarelli, 2017), buscando equivalências e confluências – pois não há discurso ou teoria de descolonização sem uma prática efetiva de descolonização (Sallum, 2023; Santos, 2023). Nesse sentido, Gersem Baniwa (2022), afirma que as ciências indígenas têm o mesmo valor, relevância e significado que as ciências ocidentais, sendo igualmente essenciais para a compreensão do mundo e a construção do conhecimento. Além disso, Stropasolas (2021) ressalta a necessidade de reconhecer e valorizar as epistemologias indígenas, afirmando que “Os povos indígenas são a última reserva moral dentro desse sistema”. As insurgências na decolonialidade, portanto, não se limitam à crítica acadêmica, mas envolvem a resistência ativa dessas comunidades na reivindicação de

seus saberes e na construção de alternativas que rompam com a lógica eurocêntrica (Santos, 2015; Valim; Danner, 2023).

A apropriação reducionista na arqueologia manifesta-se na forma como bens culturais são reinterpretados sem considerar plenamente suas dimensões históricas e sociais. Esse fenômeno pode ser observado na construção de identidades arqueológicas que, em vez de refletirem a complexidade dos povos originários, são moldadas por interesses externos, muitas vezes reforçando narrativas eurocentradas (Coelho Silva, 2009). Além disso, a reutilização do passado em contextos contemporâneos pode distorcer significados culturais, como discutido nos estudos sobre o passado. Essas práticas não apenas simplificam tradições, mas também podem contribuir para a marginalização de comunidades que reivindicam esses patrimônios como parte de sua identidade (Silva; Funari; Garraffoni, 2020).

Como argumenta Camila Azevedo de Moraes Wichers ([s. d.]), a arqueologia tem sido historicamente marcada por narrativas nacionalistas, sexistas e racistas, contribuindo para a subordinação de grupos marginalizados. Para enfrentar esse problema, é necessário um compromisso com a inclusão de vozes e perspectivas marginalizadas no processo de pesquisa arqueológica.

Uma abordagem mais ética e colaborativa envolve a participação ativa de comunidades locais e o uso de métodos de pesquisa indígenas, respeitando as epistemologias e práticas dessas culturas. Além disso, a desconstrução crítica das narrativas arqueológicas existentes é essencial. Isso significa questionar as suposições subjacentes a essas interpretações, avaliando de forma rigorosa os paradigmas utilizados e explorando alternativas que possam oferecer uma representação mais precisa e matizada das culturas estudadas. Como aponta Lima (2021), a arqueologia inclusiva deve romper com tradições eurocêntricas e incorporar perspectivas feministas e decoloniais para desestabilizar visões hegemônicas sobre o passado.

A revisão desses processos permite não apenas ampliar a pluralidade de perspectivas na arqueologia, mas também fortalecer um modelo de pesquisa que não reproduza desigualdades epistemológicas, garantindo que o conhecimento produzido seja mais inclusivo e fiel às realidades culturais estudadas. A pesquisa de Ribeiro *et al.* (2017) destaca que a arqueologia brasileira ainda enfrenta desafios estruturais relacionados à assimetria de gênero e à resistência à crítica feminista, evidenciando a necessidade de maior reflexividade e transformação das premissas da disciplina.

A relação entre a apropriação reducionista e a decolonialidade pode ser vista na maneira como a decolonialidade desafia e critica as relações de poder estabelecidas pela colonialidade. A decolonialidade busca desafiar e superar as “armadilhas da colonialidade”, que reproduzem a desigualdade, especialmente étnico-racial, de gênero e de classe, e a apropriação e exploração/destruição da natureza (Silveira; Nascimento; Zalembessa, 2021).

A decolonialidade também busca questionar e desafiar as formas econômico-instrumentais de pensar e explorar o meio ambiente, que são um resultado da construção, no interior da modernidade, de formas de apropriação reducionista da natureza (Assis, 2014). Portanto, a apropriação reducionista pode ser vista como uma manifestação da colonialidade, e a decolonialidade é um esforço para resistir e desafiar essa apropriação e outras formas de opressão e exploração (Assis, 2014; Silveira; Nascimento; Zalembessa, 2021).

A luta contra a apropriação reducionista e intelectual na arqueologia constitui um pilar fundamental da decolonialidade. Ao desafiar as estruturas de poder coloniais e buscar formas alternativas de conhecimento e compreensão, é possível dismantelar as narrativas prejudiciais que historicamente moldaram a disciplina e avançar rumo a uma arqueologia mais inclusiva e representativa. Esse processo passa não apenas pela revisão crítica das

metodologias tradicionais, mas pela incorporação de epistemologias que valorizam saberes indígenas e afrodescendentes, promovendo um diálogo intercultural genuíno.

Exemplos concretos dessa transformação podem ser encontrados em iniciativas como os dossiês de arqueologias negras, que buscam evidenciar a contribuição afrodescendente na construção do conhecimento arqueológico, além de desconstruir leituras eurocêntricas sobre patrimônios africanos e afro-brasileiros. Autoras como Rita Segato e María Lugones (Vieira, 2024) discutem a colonialidade do gênero e do saber, evidenciando como epistemologias indígenas e afrodescendentes são frequentemente marginalizadas dentro da academia (Ferrara; Carrizo, 2021). Além disso, o trabalho de Camila Jácome e Xamen Wai Wai (2020) exemplifica essa abordagem, ao propor um modelo de arqueologia intercultural que respeita as epistemologias indígenas e as incorpora na prática arqueológica. Por meio do diálogo com lideranças e comunidades indígenas, esses autores promovem alternativas metodológicas que fogem da imposição ocidental e garantem a produção de conhecimento de maneira colaborativa e contextualizada.

A pesquisadora brasileira Ana Clara Ferreira Braz (2020) também contribui para essa discussão ao analisar a invisibilização das mulheres negras nos livros didáticos de história e arqueologia, demonstrando como a colonialidade do saber impacta a construção do conhecimento acadêmico. Além disso, Françoise Vergès (2019), em *Un féminisme décolonial*, discute como as disciplinas podem perpetuar estruturas coloniais ao ignorar as contribuições de mulheres racializadas.

Portanto, o combate à apropriação reducionista na arqueologia exige um compromisso ativo com a pluralização das epistemologias e com a valorização dos saberes historicamente marginalizados. Somente assim será possível construir uma disciplina que não apenas reconheça a diversidade cultural, mas que também seja capaz de produzir interpretações mais profundas e respeitosas dos patrimônios arqueológicos.

INSURGÊNCIAS NA DECOLONIALIDADE: DESAFIANDO AS ESTRUTURAS COLONIAIS DE PODER

A decolonialidade não se limita apenas a uma abordagem científica; é também uma maneira de viver e compreender o mundo. Essa perspectiva desafia as estruturas de poder, os padrões eurocêntricos e as narrativas dominantes que moldaram a história e o conhecimento. Esta desafia as estruturas de poder coloniais que ainda permeiam muitos aspectos da sociedade, incluindo a arqueologia. As insurgências na decolonialidade envolvem a resistência ativa a essas estruturas de poder e a busca por formas de conhecimento e compreensão alternativas (Mignolo, 2007, 2008; Silva, 2021).

A decolonialidade é uma resposta à colonialidade, um termo que se refere à persistência das estruturas de poder coloniais no mundo pós-colonial (Atalay, 2006; Howard-Bobiwash, 2005; Ngugi wa Thiong'o, 1994; Quijano, 2000, 2007). A colonialidade é manifestada em várias formas, incluindo a dominação econômica, a exploração de recursos naturais, a marginalização de culturas não ocidentais e a imposição de formas ocidentais de conhecimento e compreensão (Ani, 1994; Grosfoguel, 2006b, 2011a; Maldonado-Torres, 2007).

Segundo Aníbal Quijano (2000, 2007), sociólogo peruano e desenvolvedor do conceito de “colonialidade do poder”, a decolonialidade emerge como uma resposta à matriz colonial de poder que persiste mesmo após a descolonização formal das Américas, buscando, assim, descentralizar as formas de pensar e os modos de existir no mundo, questionando a suposta universalidade do conhecimento ocidental e a hegemonia da cultura ocidental.

Assim, podemos destacar quatro aspectos essenciais da decolonialidade: o descentramento epistêmico, a crítica à colonialidade do poder, seu caráter de movimento

emergente e o humanismo baseado no reconhecimento. Referente ao primeiro, a decolonialidade envolve uma mudança fundamental na forma como entendemos o conhecimento. Ela desafia a ideia de que as formas de pensar da Europa Ocidental são universais. Em vez disso, reconhece e valoriza a pluralidades epistêmicas presentes em culturas não ocidentais. Quanto à crítica à colonialidade do poder, esta reconhece que a matriz colonial de poder produziu e produz desigualdades e opressões baseadas em raça, etnia e nacionalidade (Gaztambide-Fernández, 2012; Loureiro, 2020; Ngugi wa Thiong'o, 1994). A decolonialidade busca desvincular-se dessas estruturas e construir alternativas mais justas e igualitárias. Já o movimento emergente abrange várias formas de teoria crítica, ganhando ascensão na América Latina. Esta se manifesta em análises de classes, estudos étnicos, gênero e áreas específicas ao incorporar conhecimentos indígenas e práticas que desafiam a lógica da civilização ocidental. E finalmente o humanismo de reconhecimento, que busca um humanismo que reconheça as alteridades em nível global, se opondo à hipocrisia moderna colonial e busca novas bases para o conhecimento, promovendo a diversidade e a inclusão (Grosfoguel, 2006, 2007, 2011; Mignolo, 2009, 2007, 2008; Quijano, 2000, 2007; Grosfoguel (2011); Samia, 2021, 2022; Samia; Nascimento, 2023).

Em suma, a decolonialidade é um projeto político e epistêmico que nos convida a repensar nossa relação com o conhecimento, a história e as estruturas de poder. Ela nos lembra que existem muitas maneiras de viver e compreender o mundo, além das narrativas dominantes que nos foram impostas. Sendo um projeto que transcende os limites da academia e se estende para a esfera política e epistêmica (Atalay, 2006; Grosfoguel, 2007b; Haber, 2016; Howard-Bobiwash, 2005; Ngugi wa Thiong'o, 1994). Na esfera política, ela busca transformar as relações de poder e desafia as estruturas coloniais e neocoloniais que perpetuam a opressão, a exploração e a marginalização de grupos historicamente subalternizados. Logo, também questiona a hegemonia do conhecimento ocidental; promovendo a pluralidade epistêmica, a decolonialidade busca emancipação. Ela visa criar condições para que diferentes culturas e povos possam se expressar, resistir e reivindicar seus direitos. Para tanto, a luta pela decolonialidade envolve movimentos sociais, ativismo e engajamento político. Ela busca justiça, reparação e mudança estrutural (Grosfoguel, 2007b, 2011a; Haber, 2016; Oliveira, 2020; Manguiera, 2019; Ngugi wa Thiong'o, 1994).

No que tange ao projeto epistêmico, a decolonialidade se concentra na produção e validação do conhecimento (Gaztambide-Fernández, 2012; Ngugi wa Thiong'o, 1994). Assim, questiona as bases epistemológicas sobre as quais o saber foi construído. Essa abordagem reconhece que o conhecimento não é neutro; ele é moldado por contextos históricos, culturais e políticos. Portanto, a decolonialidade busca descentrar o conhecimento eurocêntrico e valorizar outras formas de saber. Nos convidando a refletir sobre como o conhecimento é produzido, quem são os agentes do poder, e, assim, definir o que é válido e como podemos criar espaços para múltiplas vozes e perspectivas. Logo, a decolonialidade é um projeto que visa à mudança, à libertação e ao reconhecimento. Ela nos desafia a repensar tanto as estruturas de poder quanto as bases epistemológicas que sustentam nosso entendimento do mundo (Atalay, 2006; Grosfoguel, 2007b; Haber, 2016; Smith, 1999).

As insurgências na decolonialidade buscam desafiar essas estruturas de poder coloniais por meio de várias estratégias. Uma dessas estratégias é a resistência ativa, que pode assumir várias formas, desde protestos e manifestações até a criação de espaços alternativos de conhecimento e compreensão (Escobar, 2003; Grosfoguel, 2007a; Hartemann, 2022; Loiola *et al.*, 2015; Noelli; Sallum; Casimiro, 2022; Quijano, 2000).

A busca por formas alternativas de conhecimento e compreensão na arqueologia envolve a valorização de epistemologias não ocidentais, bem como a crítica às formas dominantes de produção do saber. Essa transformação não se limita à rejeição de teorias e conceitos ocidentais, mas demanda a construção de paradigmas que sejam mais relevantes para as experiências e realidades de povos historicamente marginalizados. Como aponta Eliane Miranda Costa (2020) em “Pode uma arqueologia das mulheres?”, a arqueologia tradicional frequentemente invisibiliza as contribuições de mulheres e grupos subalternizados, reforçando a necessidade de epistemologias mais inclusivas.

Esse processo passa por mudanças estruturais dentro da academia, incluindo a reformulação dos currículos dos cursos de arqueologia para incorporar bibliografias que contemplem autores indígenas, afrodescendentes e outros grupos subalternizados. A inclusão de perspectivas plurais na formação acadêmica é essencial para garantir que futuras gerações de arqueólogos tenham contato com diferentes tradições epistemológicas e metodológicas. Além disso, a diversificação das bancas de seleção de ingresso e dos concursos acadêmicos contribui para romper barreiras institucionais que historicamente restringiram a participação de pesquisadores não brancos e não europeus na construção do conhecimento arqueológico. Como discute Brena Barros (2016) em “Arqueologia de Gênero”, a arqueologia feminista tem sido fundamental para questionar as hierarquias de poder dentro da disciplina e propor abordagens mais equitativas.

Outro aspecto fundamental dessa mudança é a promoção de pesquisas colaborativas e transdisciplinares envolvendo comunidades indígenas e quilombolas na produção de conhecimento, reconhecendo-os como sujeitos epistêmicos e não apenas como objetos de estudo. Iniciativas como a arqueologia participativa e a etnoarqueologia demonstram a importância da valorização dos saberes locais na interpretação do patrimônio arqueológico. Exemplos concretos dessa abordagem podem ser encontrados em trabalhos como o de Camila Jácome e Xamen Wai Wai (2020), que explora formas de arqueologia intercultural ao estabelecer um diálogo entre os saberes indígenas e as práticas arqueológicas.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que a arqueologia ocidental foi historicamente marcada por uma projeção positivista do presente ao passado, que não apenas legitimava a sociedade atual, mas também reforçava a estrutura patriarcal vigente. Hernando Gonzalo (2007). Essa crítica reforça a necessidade de desconstruir paradigmas que naturalizam estruturas de opressão e subalternização, permitindo leituras que reconheçam a diversidade epistemológica e social dos contextos arqueológicos.

Portanto, para que a arqueologia se torne mais inclusiva e representativa, não basta apenas criticar as epistemologias ocidentais, é necessário construir espaços institucionais que promovam o reconhecimento de epistemologias alternativas e garantam uma diversidade real na produção acadêmica. Isso requer ações concretas, desde a reforma curricular até a mudança nas estruturas de contratação e financiamento de pesquisas, assegurando que o conhecimento arqueológico seja produzido de maneira mais democrática e plural.

As insurgências na decolonialidade representam uma resposta crítica e necessária às estruturas de poder coloniais que ainda dominam muitos aspectos da nossa sociedade. Ao desafiar essas estruturas de poder e buscar formas alternativas de conhecimento e compreensão, podemos começar a imaginar e criar um mundo que seja mais justo, equitativo e inclusivo (Samia, 2021, 2022; Samia; Nascimento, 2023).

CONCLUSÃO

A busca por formas alternativas de conhecimento e compreensão na arqueologia envolve a valorização de epistemologias não ocidentais, bem como a crítica às formas

dominantes de produção do saber. Essa transformação não se limita à rejeição de teorias e conceitos ocidentais, mas demanda a construção de paradigmas que sejam mais relevantes para as experiências e realidades de povos historicamente marginalizados. Como aponta Eliane Miranda Costa (2020) em “Pode uma arqueologia das mulheres?”, a arqueologia tradicional frequentemente invisibiliza as contribuições de mulheres e grupos subalternizados, reforçando a necessidade de epistemologias mais inclusivas.

Esse processo passa por mudanças estruturais dentro da academia, incluindo a reformulação dos currículos dos cursos de arqueologia para incorporar bibliografias que contemplem autores indígenas, afrodescendentes e outros grupos subalternizados. A inclusão de perspectivas plurais na formação acadêmica é essencial para garantir que futuras gerações de arqueólogos tenham contato com diferentes tradições epistemológicas e metodológicas. Além disso, a diversificação das bancas de seleção de ingresso e dos concursos acadêmicos contribui para romper barreiras institucionais que historicamente restringiram a participação de pesquisadores não brancos e não europeus na construção do conhecimento arqueológico. Como discute Brena Barros (2016) em “Arqueologia de Gênero”, a arqueologia feminista tem sido fundamental para questionar as hierarquias de poder dentro da disciplina e propor abordagens mais equitativas.

Outro aspecto fundamental dessa mudança é a promoção de pesquisas colaborativas e transdisciplinares, envolvendo comunidades indígenas e quilombolas na produção de conhecimento, reconhecendo os participantes destas comunidades como sujeitos epistêmicos e não apenas como objetos de estudo. Iniciativas como a arqueologia participativa e a etnoarqueologia demonstram a importância da valorização dos saberes locais na interpretação do patrimônio arqueológico. Exemplos concretos dessa abordagem podem ser encontrados em trabalhos como os de Camila Jácome e Xamen Wai Wai (2020), que explora formas de arqueologia intercultural ao estabelecer um diálogo entre os saberes indígenas e as práticas arqueológicas.

Este artigo buscou explorar as insurgências na decolonialidade como uma maneira de combater a apropriação reducionista na arqueologia. A partir de uma revisão bibliográfica, analisou-se como a arqueologia, como muitas outras disciplinas, tem sido moldada por uma perspectiva eurocêntrica que muitas vezes simplifica e marginaliza as culturas não ocidentais. Também se discutiu como a apropriação intelectual, uma prática predatória na academia, contribui para a perpetuação dessas representações distorcidas. Em contraposição, apresentou-se a decolonialidade como um movimento que busca desafiar e dismantlar as estruturas de poder coloniais que ainda permeiam muitos aspectos da sociedade, incluindo a arqueologia. As insurgências na decolonialidade envolvem a resistência ativa a essas estruturas de poder e a busca por formas de conhecimento e compreensão alternativas. Para tanto, destacou-se a necessidade de uma abordagem mais consciente e inclusiva na arqueologia, que valorize e respeite as culturas que estão sendo estudadas.

Concluiu-se que a luta contra a apropriação reducionista na arqueologia é uma parte crucial da decolonialidade, pois visa criar uma arqueologia mais justa, equitativa e representativa. Isso requer ações concretas, desde a reforma curricular até a mudança nas estruturas de contratação e financiamento de pesquisas, assegurando que o conhecimento arqueológico seja produzido de maneira mais democrática e plural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Ana Cristina. Por uma reflexão sobre a organização e representação de conceitos decoloniais na América Latina: O pensamento de Aníbal Quijano à luz da Análise de Domínio. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 28, n. Dossiê Especial, p. 1-21, 2023.

- ANI, Marimba. *Yurungu: An African-centred critique of European cultural thought and behaviour*. Trenton (US): AfricanWorld Press Inc p636, 1994.
- ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2014.
- ATALAY, Sonya. Can Archaeology Help Decolonize the Way Institutions Think? How Community-Based Research is Transforming the Archaeology Training Toolbox and Helping Transform Institutions. *Archaeologies*, v. 15, n. 3, p. 514-535, 2019.
- ATALAY, Sonya. Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. *The American Indian Quarterly*, v. 30, n. 3, p. 280-310, 2006.
- BANIWA, Gersem. As contribuições dos povos indígenas para o desenvolvimento da ciência no Brasil: os povos originários colaboram de diversas formas com a sociedade brasileira desde a chegada dos portugueses até os dias de hoje. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 74, n. 3, 2022.
- BARRETO, Cristiana. Arqueologia brasileira. Uma perspectiva histórica e comparada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, supp. 3, p. 1-12, 1999.
- BARROS, Brena. Arqueologia de Gênero. *Arqueologia e Pré-História*, 27 maio 2016. Disponível em: <https://arqueologiaeprehistoria.com/subareas-da-arqueologia/arqueologia-de-genero/>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- BATTLE-BAPTISTE, Whitney. *Black Feminist Archaeology*. New York (US): Routledge, 2017.
- BRAZ, Ana Clara Ferreira. *História e Decolonialidade: as mulheres negras nos livros didáticos do ensino fundamental*. 2020. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em História da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.
- CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito*. Criciúma: UNESCed, 2017.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. (Tese) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COELHO SILVA, Jacionira. Arqueologia, Memória e Patrimônio Cultural: interfaces na construção da identidade. *ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2000.
- COSTA, Eliane Miranda. Pode uma arqueologia das mulheres? *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Rio Grande, v. 12, n. 24, p. 344-370, 2020.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera; PAZZARELLI, Francisco. ¡Esas papitas me están mirando! Silvia Rivera Cusicanqui y la textura ch'ixi de los mundos. *Revista de Antropología da UFSCar*, São Carlos, v. 9, n. 2, p. 219-230, 2017.
- DE CASTRO, Eduardo Viveiros. Cosmological Deixis and Amerindian Perspectivism. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 4, n. 3, p. 469, 1998.
- DUSSEL, Enrique. Meditações Anti-Cartesianas sobre a origem do Anti-Discurso Filosófico da Modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra (PT): Almedina, 2009. p. 518.

- ESCALLÓN, Maria Fernanda. Rights, Inequality, and Afro-Descendant Heritage in Brazil. *Cultural Anthropology*, v. 34, n. 3, 2019.
- ESCOBAR, A. "Worlds and Knowledges Otherwise": The Latin American Modernity/Coloniality Research Program. *Cuadernos de CEDLA*, v. 16, p. 31-67, 2003.
- FERRARA, Jessica Antunes; CARRIZO, Silvina Liliana. Caminhos para um feminismo decolonial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 62, 2021.
- FLORES-MUÑOZ, Julieta; SALLUM, Marianne; BALANZÁTEGUI, Daniela. The Materiality of Remembering and Affective Alliance: A Dialogue between Communities and Archaeology on the Coast of São Paulo, Brazil and Veracruz, Mexico. *International Journal of Historical Archaeology*, 2024.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 3, p. 213-220, 1999.
- FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 65, n. 2, p. 23-25, 2013.
- FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; SILVA, Glaydson J; OLIVIER, Laurent. *Identidades, discurso e poder: estudos da Arqueologia contemporânea*. São Paulo: Fapesp, 2005.
- GAZTAMBIDE-FERNÁNDEZ, Rubén A. Decolonization and the Pedagogy of Solidarity. *Decolonization: Indigeneity, Education and Society*, v. 1, n. 1, p. 41-67, 2012.
- GONZALEZ, Sara L.; KRETZLER, Ian; EDWARDS, Briece. Imagining Indigenous and Archaeological Futures: Building Capacity with the Confederated Tribes of Grand Ronde. *Archaeologies*, v. 14, n. 1, p. 85-114, 2018.
- GROSFOGUEL, Ramón. Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality. *TRANSMODERNITY: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, Abingdon, v. 21, n. 2-3, 2011.
- GROSFOGUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007a.
- GROSFOGUEL, Ramón. The epistemic decolonial turn. *Cultural Studies*, Abingdon, v. 21, n. 2, p. 211-223, 2007.
- GROSFOGUEL, Ramón. La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 4, p. 17-48, 2006a.
- HABER, Alejandro. Decolonizing Archaeological Thought in South America. *Annual Reviews*, v. 45, p. 469-485, 2016.
- HARDING, Sandra. *Whose Science? Whose knowledge? : Thinking from Women's Lives*. Ithaca (US): Cornell University Press, 1991.
- HARTEMANN, Gabby Omoni. Escavando a Violência Colonial: Arqueologia Griótica e Engajamento Comunitário na Guiana. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, Pelotas, v. 19, n. 37, p. 142-191, 2022.

- GONZALO, Almudena Hernando. Mujeres, Identidad y Modernidad. 2007. In: Congreso Chileno de Antropología, 6. Valdivia: Colegio de Antropólogos de Chile, 2007 [Anais...]. p. 34-43.
- HOWARD-BOBIWASH, Heather. Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples. *American Indian Quarterly*, v. 29, n. 1, p. 281-285, 2005.
- JÁCOME, Camila; WAI WAI, Jaime Xamen. A paisagem e as cerâmicas arqueológicas na bacia Trombetas: uma discussão da Arqueologia Karaiwa e Wai Wai. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 15, n. 3, 2020.
- JANCZ, Carla *et al.* *Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira*. São Paulo: SOFed, 2018.
- OLIVEIRA, Kelvin. Genocídio epistêmico e novas possibilidades: por uma pedagogia decolonial. *Em Favor de Igualdade Racial*, Rio Branco, v. 3, n. 3, p. 106-121, 2020.
- KRAHÔ, Creuza Prumkwyj. Mulheres-cabaças. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, v. 11, p. 110-117, 2017.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LIMA, Dhara Rodrigues. Arqueologia de Gênero e Arqueologia Feminista: Termos de Diferença e Termos que aproximam. In: AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de (org.). *De Ingá a Arqueologia inclusiva: novas linguagens*. João Pessoa: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba, 2021. p. 113.
- LIMA, Tania Andrade. Teoria arqueológica em descompasso no Brasil: o caso da Arqueologia Darwiniana. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 2006.
- LOIOLA, Sérgio Almeida *et al.* Da dominação colonial à colonialidade do saber: efeitos do determinismo ecológico dual no Brasil. *R. Ra'e Ga*, Curitiba, v. 35, p. 38-67, 2015.
- LOUREIRO, Camila Wolpato. *Paulo Freire, autor de práxis decolonial?* 2020. Tese (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2020.
- LUGONES, María. Toward a Decolonial Feminism. *Hypatia*, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.
- MANGUEIRA, Ana Beatriz C. A contribuição do pensamento decolonial para o ensino básico e o acadêmico brasileiro: desafios e perspectivas. In: Congresso Internacional do Fórum Mercosul, 17., 2019, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: FoMerco, 2019.
- MENESES, Maria Paula. Corpos de Violência, Linguagens de Resistência: as complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 518.
- MIGNOLO, Walter D. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 48, p. 187-224, 2020.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *RBCS*, São Paulo, v. 32, p. 329-402, 2017.
- MIGNOLO, Walter D. DELINKING: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality1. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, 2007.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Rio de Janeiro, 2008.

- MIGNOLO, W. Epistemic Disobedience, Independent Thought and De-Colonial Freedom. *Theory, Culture and Society*, v. 26, n. 7 & 8, p. 1-23, 2009.
- MONTEIRO, Ana Paula Rodrigues. *Cosmologia ameríndia: uma crítica ao antropocentrismo*. 2019. Monografia de Conclusão de curso (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.
- NGUGI WA THIONG'O. *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. Zimbabwe: Zimbabwe Publishing House, 1994.
- NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne; CASIMIRO, Tânia Manuel. Conexões Atlânticas: Arqueologias do Colonialismo. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, Pelotas, v. 19, n. 37, p. 07–16, 2022.
- NOGUEIRA, Bernardo Gomes Barbosa; MOREIRA, Nelson Camatta; PINTO, Franco Dani Araújo e. Costuras para adiar o fim do mundo: reflexões com base na obra *A vida não é útil*, de Ailton Krenak. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, DF, n. 67, 2022.
- PEREIRA DE MORAES, Irislane; ALVES COSTA, Luciana; LOPES DE JESUS, Luciana. Arqueologia, lugar de fala e conexões afrodiaspóricas. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, Pelotas, v. 19, n. 37, p. 55-74, 2022.
- QUIJANO, A. Coloniality and Modernity/Rationality. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2 & 3, p. 168–178, 2007.
- QUIJANO, A. Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America. *Nepantla: Views from South*, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.
- GROSFOGUEL, Ramón. Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: *TRANSMODERNITY: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, v. 1, n. 1, 2011.
- REIS, Diego dos Santos. A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, 2022.
- REIS, Diego dos Santos. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, 2020.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019.
- RIBEIRO, Loredana et al. A saia justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1093–1110, 2017.
- SALLUM, Marianne. Rethinking Latin American Archaeology: “Affective Alliances” and Traditional Community-Engagement. *Papers from the Institute of Archaeology*, v. 34, n. 1, 2023.
- SAMIA, Danielle Gomes. Arqueologia pedagógica. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 179-195, 2021.
- SAMIA, Danielle Gomes. *Fluidez das Paisagens: Arqueologia na confluência dos rios Parnaíba e Poti*. 2022. 1–210 f. - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022.
- SAMIA, Danielle Gomes; NASCIMENTO, Ana Luisa Meneses Lage do. A fluidez das paisagens: arqueologia na confluência dos rios Parnaíba e Poti. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 262–266, 2023.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2023.

- SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos modos e significados*. Brasília, DF: INCT, 2015.
- SEBASTIAN DRING, Katherine *et al.* Authoring and Authority in Eastern Pequot Community Heritage and Archaeology. *Archaeologies*, v. 15, n. 3, p. 352-370, 2019.
- SÉRGIO, Carlos; JÚNIOR, Leonardo. Uma revisão bibliográfica sobre aspectos ontológicos e epistemológicos da ciência: A importância da concepção de mundo para a educação em ciências. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 25, p. e46673, 2023.
- SILVA, Jailson de Souza. Ailton Krenak-"A potência do sujeito coletivo" Parte I. *Revista Periferias*, 2018.
- SILVA, Ronaldo. Decolonialidade do saber: as ecologias dos saberes na produção do conhecimento. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 356-364, 2022.
- SILVA, Fabíola Andréa. *Etnografando a Arqueologia: Dado Etnográfico, Prática Etnográfica e Conhecimento Arqueológico*. 2021. (Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021).
- SILVA, Glaydson José da; FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFFONI, Renata Senna. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 43-66, 2020.
- SILVEIRA, Jucimeri Isolda; NASCIMENTO, Sergio Luiz; ZALEMBESSA, Simões. Colonialidade e decolonialidade na crítica ao racismo e às violações: para refletir sobre os desafios educação em direitos humanos. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, p. e71306, 2021.
- SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. Londres: ZedBooks, 1999. v. 1
- SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. 2. ed. Londres: Zed Books, 2012.
- STROPASOLAS, Pedro. Daniel Munduruku: "Os povos indígenas são a última reserva moral dentro desse sistema". *Brasil de Fato*. São Paulo, 17 out. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/17/daniel-munduruku-os-povos-indigenas-sao-a-ultima-reserva-moral-dentro-desse-sistema/>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- TUXÁ, Yacunã *et al.* Arqueologias indígenas, territórios e direitos humanos: diálogos entre representantes dos povos Tupi Guarani, Tuxá e Pequot Oriental. *Ágora*, Lisboa, 2024.
- VALIM, Ricardo; DANNER, Leno Francisco. Literatura Indígena Brasileira Contemporânea como descentramento epistêmico decolonial. *Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente*, v. 4, n. 2, p. 1-5, 2023.
- VERGÈS, Françoise. *Un féminisme décolonial*. Paris (FR): La Fabrique Éditions, 2019.
- VIEIRA, Thais. María Lugones e Rita Segato: entre o sistema moderno/colonial de gênero e o patriarcado de alta intensidade. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 27, 2024.
- WICHES, Camila Azevedo de Moraes. Narrativas Arqueológicas e Gênero: entre Silenciamentos e Estereótipos. *Patrimônios Possíveis*, [s. d.]. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/patrimonios-possiveis/07_camila_whichers.html. Acesso em: 1 abr. 2025.
- WYLIE, Alison. 'Simple' analogy and the role of relevance assumptions: Implications of archaeological practice. *International Studies in the Philosophy of Science*, v. 2, n. 2, p. 134-150, 1988.
- XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n. 14, p. 110-117, 2020.